



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Notas Explicativas
4º Trimestre/2019

Boa Vista-RR
24/01/2020

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Sandra Grützmacher

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Fabiana Leticia Sbaraini

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Maria Aparecida Alves de Medeiros

CAMPUS NOVO PARAISO

Eliezer Nunes Silva

CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM

Leila Ghedin

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES

REITORIA

Geórgia Marcelly Gomes Matias

Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI

Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA

Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO

Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	40
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados	41
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora.....	41
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Categoria	42
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Categoria	42
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações	28
Quadro 2: Contratados – Principais Transações	29
Quadro 3: Execução e aplicação da Receita Orçamentária – Recursos arrecadados pelo IFRR em 2019.....	36
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição	20
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo	20
Tabela 3: Estoques - Composição	21
Tabela 4: Imobilizado – Composição	22
Tabela 5: Bens Móveis - Composição	23
Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	23
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição	24
Tabela 8: Intangível – Composição	26
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição	27
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante	27
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar mais significativos	27
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão	28
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante - Serviços.....	28
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução.....	29
Tabela 15: Receitas arrecadadas – por origem	36
Tabela 16: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita	36
Tabela 17: Despesas executadas por categoria econômica	37
Tabela 18: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque	38
Tabela 19: Despesas Correntes e de Capital executadas por grupo – somente valores fixados na LOA/2019	38
Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa.....	39
Tabela 21 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG.....	40
Tabela 22: Total de Ingressos (R\$)	44
Tabela 23: Total de Dispêndios (R\$).....	45
Tabela 24: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa - Atividades.....	48

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
APRESENTAÇÃO	7
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA.....	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	8
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	10
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	11
3.5 RESTOS A PAGAR.....	12
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	12
4.1. MOEDA FUNCIONAL	12
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	13
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	13
4.5. ESTOQUES	13
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	13
4.7 INVESTIMENTOS	13
4.8 IMOBILIZADO	14
4.9 INTANGÍVEL.....	14
4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS	15
4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS.....	15
4.12 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET	16
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	16
4.14 PROVISÕES	16
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	17
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	17
4.16.1 Resultado Patrimonial.....	17
4.16.2 Resultado Orçamentário.....	18
4.16.3 Resultado Financeiro.....	18

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	19
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	19
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial	20
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	30
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais	31
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	33
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário	35
5.4 BALANÇO FINANCEIRO	43
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro.....	44
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	46
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	47
5.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2019	49

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR – Macrofunção 02.03.18

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – 26437/158152.


Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto** quanto os assuntos mencionados a seguir:

- a) Situação patrimonial da Instituição, pois os registros de depreciação lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI não estão sendo lançados em Controles Patrimoniais.
- b) Quanto à avaliação dos bens móveis e conforme o cronograma da Macrofunção - 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual SIAFI, as contas referentes ao prazo máximo de 2012 foram avaliadas, mas não foram lançadas em controles patrimoniais por pendência de implantação do módulo no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, utilizado pela instituição. As contas referentes ao prazo máximo de 2013 não foram avaliadas, considerando o número reduzido de servidores para compor comissão para realização dos trabalhos de avaliação de bens móveis.
- c) A conta estoques e bens móveis não refletem a situação real, pois os saldos não foram conciliados tendo em vista o não envio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) por parte de 4 unidades, com exceção da unidade Reitoria que enviou os Relatórios RMA e RMB ao Departamento de Contabilidade e Finanças. A conta de almoxarifado está conciliada com a contabilidade na unidade Reitoria, porém existe pendência de conciliação na Reitoria nas contas de bens móveis relativo a bens que foram adquiridos e que ainda não foram transferidos para os Campi e as demais divergências estão sendo verificadas em conjunto entre a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio e Departamento de Contabilidade e Finanças.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Boa Vista, 24 de janeiro de 2020.


Luciana Saraiva da Costa
CRC nº RR-001250/O-8

APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 4º trimestre de 2019 fazendo uma comparação com os resultados no final do exercício anterior (dezembro/2018) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (dezembro/2018).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto

dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de

vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.12 DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O

detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	31/12/2019	31/12/2018
			R\$ milhares
ATIVO CIRCULANTE		15.091.771,43	12.431.110,63
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.705.068,10	8.686.106,89
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		662.139,53	82.555,94
Estoques		3.724.563,80	3.662.447,80
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		124.864.767,81	118.229.120,56
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Investimentos		-	-
Imobilizado		124.729.482,22	118.145.794,97
Bens Móveis		41.463.997,42	38.479.986,29
Bens Móveis		52.638.051,80	47.052.700,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-11.173.569,63	-8.572.229,33
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-484,75	-484,75
Bens Imóveis		83.265.484,80	79.665.808,68
Bens Imóveis		84.371.674,73	80.195.419,85
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.106.189,93	-529.611,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		128.678,40	76.718,40
Softwares		128.678,40	76.718,40
Softwares		128.678,40	76.718,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		139.956.539,24	130.660.231,19
PASSIVO CIRCULANTE		25.767.826,31	8.453.435,94
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		6.909.700,85	7.017.974,28
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		850.807,75	131.198,95
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		18.007.317,71	1.304.262,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		25.767.826,31	8.453.435,94
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		114.188.712,93	122.206.795,25
Resultado do Exercício		-7.987.100,42	9.258.661,49
Resultados de Exercícios Anteriores		122.206.795,25	113.034.732,61
Ajustes de Exercícios Anteriores		-30.981,90	-86.598,85
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.188.712,93	122.206.795,25
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		139.956.539,24	130.660.231,19

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

Em 31/12/2019, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 10.705.068,10 (dez milhões, setecentos e cinco mil, sessenta e oito reais e dez centavos), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 2.217.355,41	R\$ 493.851,26	348,99
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 8.487.712,69	R\$ 8.192.255,63	3,61
Total	R\$ 10.705.068,10	R\$ 8.686.106,89	23,24

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 8.487.712,69 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e doze reais e sessenta e nove centavos). Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 31/12/2019, e correspondem em sua maioria a folha de pessoal do IFRR.

Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 31/12/2019 um montante de R\$ 662.139,53 (seiscentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos). A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Suprimento de fundos – adiantamentos	R\$ 3.705,87	R\$ 37.446,00	-90,10
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$ 37.014,95	R\$ 37.014,95	0,00
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 8.094,99	R\$ 8.094,99	0,00
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$ 613.323,92	R\$ 0,00	-
Total	R\$ 662.139,73	R\$ 82.555,94	702,05

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

No 4º trimestre de 2019 houve um aumento considerável (702,05%) em comparação a dezembro de 2018, conforme demonstra a tabela 2. O crédito referente a suprimento de fundos está registrado na unidade 158510 (Campus Amajari) e deverá ser baixado pela prestação de contas. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” teve um registro de R\$ 613.323,92, referente a um adiantamento de recursos de créditos recebidos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades.

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, 82% do grupo, no 4º trimestre de 2019.

Em 31/12/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.724.563,80 (três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), que estão registrados pelo custo médio ponderado

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos estoques no 4º trimestre de 2019:

Tabela 3: Estoques - Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Almoxarifado	R\$3.045.345,49	R\$ 2.985.882,88	1,99
Outros estoques – consolidação	R\$679.218,31	R\$ 676.564,92	0,39
Total	R\$3.724.563,80	R\$ 3.662.447,80	1,70

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou um aumento de 1,99% em relação a 31/12/2018, percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange a estocagem e utilização de insumos. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 124.729.482,22 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos) relacionados a imobilizado, o que representa um aumento de 5,57% quando comparado com o período de 31/12/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 4º trimestre de 2019 em comparação ao exercício de 2018.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens Móveis	R\$41.463.997,42	R\$38.479.986,29	
(+) Valor Bruto Contábil	R\$52.638.051,80	R\$47.052.700,37	11,87
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-R\$11.173.569,63	-R\$8.572.229,33	30,35
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-R\$484,75	-R\$484,75	-
Bens Imóveis	R\$83.265.484,80	R\$79.665.808,68	
(+) Valor Bruto Contábil	R\$84.371.674,73	R\$80.195.419,85	5,21
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-R\$1.106.189,93	-R\$529.611,17	108,87
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	R\$124.729.482,22	R\$118.145.794,97	5,57

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 31/12/2019 totalizavam R\$ 41.463.997,42 (quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cinquenta e um reais e oitenta centavos), correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	31/12/2019 – R\$	31/12/2018 – R\$	AH (%)	AV (%)
Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	16.044.308,63	14.987.115,83	7,05	38,69
Bens de informática	13.374.880,46	9.966.645,92	34,20	32,26
Móveis e utensílios	11.796.998,44	11.392.942,17	3,55	28,45
Material cultural, educacional e de comunicação	4.148.802,86	3.435.642,07	20,76	10,01
Veículos	6.954.651,42	6.954.532,95	0,00	16,77
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,36
Demais bens móveis	168.377,43	165.788,87	1,56	0,41
Depreciação e amortização acumulada	-11.173.569,63	(8.572.229,33)	30,35	
Redução ao valor recuperável	-484,75	(484,75)	0,00	
Total	41.463.997,42	38.479.986,29	7,75	

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 38,69% referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total dos Bens Móveis. Este subgrupo é composto pelas principais contas a seguir:

Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$2.025.644,96	R\$ 2.064.580,90	-1,89	12,63
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$463.390,07	R\$ 436.211,57	6,23	2,89
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$2.405.494,60	R\$ 2.383.602,26	0,92	14,99
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$1.030.969,52	R\$ 1.006.942,17	2,39	6,43
Equipamento de proteção e segurança	R\$537.336,37	R\$ 537.336,37	0,00	3,35
Maquinas e equipamentos industriais	R\$427.209,72	R\$ 478.647,42	-10,75	2,66
Maquinas e equipamentos energético	R\$3.995.487,25	R\$ 3.962.357,96	0,84	24,90
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$41.114,12	R\$ 27.050,17	51,99	0,26
Maquinas, ferramentas e utensílios	R\$229.432,78	R\$ 215.911,41	6,26	1,43
Equipamentos, peças e acessórios	R\$302.899,96	R\$ 302.899,96	0,00	1,89
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$290,00	R\$ 290,00	0,00	0,00

Maquinas e utensílios agropecuário	R\$1.245.337,63	R\$ 1.243.890,28	0,12	7,76
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$1.204.724,02	R\$ 1.201.202,91	0,29	7,51
Maquinas e equipamentos – construção	R\$153.171,32	R\$ 5.253,32	2815,71	0,95
Maquinas e equipamentos eletroeletrônicos	R\$120.707,95	R\$ 55.708,00	116,68	0,75
Maquinas, utensílios e equipamento	R\$1.776.206,77	R\$ 980.339,54	81,18	11,07
Outras maquinas, equipamentos e ferramentas	R\$84.891,59	R\$ 84.891,59	0,00	0,53
Total	R\$16.044.308,63	R\$ 14.987.115,83	7,05	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR.

Em relação a conta depreciação/amortização acumulada (Tabela 4), percebe-se uma variação positiva de 30,35% em função da depreciação das aquisições de bens.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 31/12/2019 totalizavam R\$ 83.265.484,80 (oitenta e três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7: Bens Imóveis - Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial	R\$34.085.283,04	R\$ 34.085.283,04	0	40,94
Bens imóveis em andamento	R\$48.968.659,02	R\$ 44.876.199,99	9,12	58,81
Instalações	R\$1.293.952,67	1.210.156,82	6,92	1,55
Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$23.780,00	R\$ 23.780,00	0	0,03
Depreciação acumulada - bens imóveis	-R\$1.106.189,93	(R\$529.611,17)	108,87	-1,33
Total	R\$83.265.484,80	R\$ 79.665.808,68	4,52	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

De acordo com a tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 58,81% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, perfazendo o montante de R\$ 48.968.659,02 (quarenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dois centavos) em 31/12/2019 e teve um crescimento de 9,12% em relação a 31/12/2018. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados à intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 8: Intangível – Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 76.718,40	67,73
Total	R\$ 128.678,40	R\$ 76.718,40	

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo.

O intangível da unidade referente à software com vida útil indefinida e não possui nem marcas direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado. No 4º trimestre de 2019 apresentou uma variação de 67,73% em relação a dezembro/2018. O intangível representa 0,09% do total do Ativo. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados com caráter de Longo Prazo.

Em 31/12/2019, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 850.807,75 (oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e sete reais e setenta e cinco centavos) relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Circulante			
Nacionais	R\$ 850.807,75	R\$ 131.198,95	548,49
Estrangeiros			
Não Circulante			
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	R\$ 850.807,75	R\$ 131.198,95	548,49

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2019)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um acréscimo de 548,49% em relação ao período 31/12/18.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 09 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2019.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	213.145,20	6.940,00	26,40	2971,26
158350 – Campus Boa Vista Centro	167.282,80	61.126,90	20,72	173,66
158351 – Campus Novo Paraíso	223.815,76	3.414,46	27,73	6454,94
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	18.001,48	25.535,84	2,23	-29,51
158510 – Campus Amajari	185.002,76	34.181,75	22,92	441,23
Total do Órgão	807.248,00	131.198,95	100,00	515,29

Fonte: SIAFI (dezembro/2019).

O Campus Novo Paraíso apresentou 27,73% de obrigações no 4º trimestre em relação ao valor total do órgão. Considerando a variação entre o período de dezembro/2018 e dezembro/2019, esta unidade apresentou uma variação de 6454,94%. Considerando que a liberação de recursos acontece no início de cada mês, estas obrigações com fornecedores foram diminuídas no mês de janeiro/2020. Na Tabela 10 apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos do órgão e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2019.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar mais significativos

CNPJ	FORNECEDOR	31/12/2019	AV (%)
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	132.558,28	27,86
23120190000186	PROJECON EMPREENDIMENTOS LTDA	112.020,67	23,55
09226540000162	MK CLIMATIZADORES LTDA	64.999,95	13,66
07259925000109	INSTITUTO NACIONAL VALER DE CULTURA EIRELI	45.827,42	9,63
14181341000115	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	41.219,13	8,66
01864782000170	LIVRARIA LITUDO LTDA	39.674,23	8,34
05936794000113	DIOCESE DE RORAIMA	39.449,46	8,29
	Total	475.749,14	100%

Fonte: SIAFI (dezembro/2019).

A Tabela 11 demonstra sete fornecedores mais significativos da Instituição. Sendo a empresa Amatur Amazônia Turismo LTDA o fornecedor mais significativo, correspondendo a 27,86% destes principais fornecedores.

A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
34805903000161	Transporte escolar dos alunos do Campus Novo Paraíso	132.558,28	23/12/2019
23120190000186	Construção de dois alojamentos no Campus Amajari	112.020,67	19/12/2019
09226540000162	Climatizadores para atender ao Ginásio do Campus Boa Vista	64.999,95	23/12/2019
07259925000109	Acervo Bibliográfico para o Campus Boa Vista	45.827,42	20/12/2019
14181341000115	Serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestres para a Reitoria	41.219,13	30/12/2019
01864782000170	Acervo Bibliográfico para o Campus Novo Paraíso	39.674,23	várias
05936794000113	Locação do imóvel da Reitoria	39.449,46	24/12/2019

Fonte: SIAFI (dezembro/2019).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Amatur Amazônia Turismo LTDA, que presta serviços de transporte escolar dos alunos do Campus Novo Paraíso.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 13.852.386,06 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais seis centavos) relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	39.449,46	424.138,17	0,28	-90,70
Fornecimento de Bens	1.600.510,62	2.614.457,32	11,55	-38,78
Seguros	42.635,24	6.251,24	0,31	582,03
Serviços	12.169.790,74	15.001.474,85	87,85	-18,88
Total	13.852.386,06	18.046.321,58	100,00	-23,24

Fonte: SIAFI (dezembro/2019).

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 87,85% ao final de 31/12/2019. Em relação ao período 31/12/18, houve uma redução de -23,24% de obrigações contratuais. Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2019.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante - Serviços

	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	2.591.904,83	3.503.666,29	20,22	-26,02
158350 – Campus Boa Vista Centro	3.871.561,05	2.815.144,08	30,21	-12,02
158351 – Campus Novo Paraíso	4.527.539,58	2.422.263,01	35,32	86,91
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	716.486,90	1.484.795,12	5,59	-51,75
158510 – Campus Amajari	1.110.024,85	4.775.606,35	8,66	-76,76
Total	12.817.517,21	16.586.692,62	100,00	-22,72

Fonte: Tesouro Gerencial 2019 e 2018.

Os campi Boa Vista e Novo Paraíso são responsáveis por 65,53% do total contratado. O Campus Novo Paraíso teve uma crescimento de 86,91% nas contratações de serviços em relação a dezembro/2018, considerando a renovação de alguns contratos essenciais para o funcionamento do campus. Enquanto as demais unidades apresentaram decréscimos em decorrência da diminuição de algumas despesas por causa do contingenciamento do orçamento e ainda por conta de ajuste da conta de contratos quanto a baixa pelo fim da vigência.

Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2019.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

	31/12/2019	AV (%)
AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	1.341.202,18	20,25
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	1.114.417,60	16,83
RORAIMA ENERGIA S.A	1.108.488,75	16,74
SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	1.057.761,81	15,97
ITP INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE TUBOS & PERFIS LT	710.807,61	10,73
MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	656.387,30	9,91
HIGILIMP SERVICOS LTDA	633.692,54	9,57
Total	6.622.757,79	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Dezembro/19).

O contrato mais expressivo de serviço refere-se ao serviço de transporte de alunos do Campus Novo Paraíso. Considerando a Tabela 14, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 2: Contratados – Principais Transações

Contratado	Objeto	Valor a Executar	Contrato	Validade
34805903000161	Transporte de alunos do Novo Paraíso	1.341.202,18	10/2019	23/07/19 a 23/07/2020
05340639000130	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota e Manutenção de Veículos das unidades do IFRR	364.600,68	Vários	Várias
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota e Manutenção de veículos– Boa Vista	510.165,43	04/2019	14.05.2019 a 14.05.2020
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Novo Paraíso	205.011,70	09/2019	20/05/19 a 20/05/2020
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Zona Oeste	26.985,50	03/2019	29/05/19 a 29/05/2020
	Serviço de administração, gerenciamento, controle e abastecimento de frota – Amajari	7.654,29	03/2019	15/05/19 a 15/05/2020
02341470000144	Fornecimento de energia elétrica – Reitoria	59.474,74	11/2016	24/05/18 a 24/05/2020
	Fornecimento de energia elétrica – Boa Vista	653.575,42	16/2015	21/07/19 a 21/07/2020
	Fornecimento de energia elétrica – Novo Paraíso	287.337,19	30/2017	24/03/18 a 24/03/2022
	Fornecimento de energia elétrica – Zona Oeste	101.807,12	01/2017	24/05/18 a 24/05/2020
	Fornecimento de energia elétrica – Amajari	6.294,28	76/2017	04/08/18 a 04/08/2020
25278459000182	Serviço de Vigilância – Reitoria	586.701,55	09/2018	21/09/19 a 21/09/2020
	Serviço de Vigilância – Boa Vista	184.650,95	02/2018	08/12/19 a 08/12/2020
	Serviço de Vigilância – Novo Paraíso	286.409,31		06/09/19 a 06/09/2020
25278459000506	Serviço de Vigilância – Zona Oeste	172.466,74	06/2018	07/09/19 a 07/03/2020
09176584000125	Aquisição e instalação de módulos de salas e kits interativos – Novo Paraíso	710.807,61	01/2019	2/06/19 a 28/06/2020

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2019

12614427000169	Serviços de motorista – Reitoria	180.451,67	04/2019	19/03/19 a 19/03/2020
	Serviços de motorista – Boa Vista	314.905,84	05/2019	15/08/19 a 15/08/2020
	Serviços de motorista – Novo Paraíso	146.834,83	09/2019	03/06/19 a 03/06/2020
	Serviços de motorista – Amajari	14.194,96	02/2019	23/03/19 a 23/03/2020
05281484000108	Serviço de limpeza – Reitoria	89.467,27	01/2019	18/02/19 a 18/02/2020
	Serviço de limpeza – Boa Vista	544.225,27	03/2019	03/05/19 a 03/05/2020

Fontes: Siafi e Siasg 2019; Unidades Gestoras 158152, 158350, 158351, 158352 e 158510.

O principal valor das obrigações contratuais referem-se à contratação de serviços de transporte de alunos no Campus Novo Paraíso. Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, percebe-se que alguns contratos não foram baixados e que cada unidade tem responsabilidade sobre seus contratos.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NE	2019	2018
		R\$ milhares	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		171.190.830,74	161.112.180,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.816.092,63	215.921,67
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.816.092,63	215.921,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		19.143,94	-
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras		19.143,94	
Transferências e Delegações Recebidas		167.948.695,99	155.104677,19
Transferências Intragovernamentais		167.465.849,92	153.246.945,28
Outras Transferências e Delegações Recebidas		482.846,07	1.857.731,91
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.148.973,53	5.624.596,56
Ganhos com Incorporação de Ativos		613.442,39	5.624.596,56
Ganhos com Desincorporação de Passivos		535.531,14	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		257.924,65	166.985,34
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		257.924,65	166.985,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		179.177.931,16	151.853.519,27
Pessoal e Encargos		100.849.394,93	96.079.704,08
Remuneração a Pessoal		78.730.012,14	74.133.866,70
Encargos Patronais		14.970.988,05	14.613.741,51
Benefícios a Pessoal		6.986.073,72	7.173.287,02
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		162.321,02	158.808,85
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		16.359.414,82	13.466.655,69
Aposentadorias e Reformas		15.661.380,49	12.761.245,79
Pensões		675.953,21	673.580,70
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		22.081,12	31.829,20
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		21.237.523,76	18.273.495,91
Uso de Material de Consumo		1.516.513,10	1.148.196,10
Serviços		16.570.786,76	15.421.623,84
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.150.223,90	1.703.675,97
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		22,96	-
Juros e Encargos de Mora		22,96	-
Transferências e Delegações Concedidas		22.324.771,64	22.442.535,59

Transferências Intragovernamentais	21.865.337,50	20.498.627,43
Transferências Intergovernamentais	26.093,34	417.676,24
Outras Transferências e Delegações Concedidas	433.340,80	1.526.231,92
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.058.895,67	110,00
Incorporação de Passivos	17.026.279,83	110,00
Desincorporação de Ativos	32.615,84	-
Tributárias	22.111,29	5.579,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.151,62	1.963,03
Contribuições	19.959,67	3.616,30
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.325.796,09	1.585.438,67
Premiações	2.680,30	6.758,00
Incentivos	1.322.360,79	1.547.141,43
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	755,00	31.539,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	-7.987.100,42	9.258.661,49

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado no em 31/12/2019 foi deficitário em R\$ 7.987.100,42 (sete milhões, novecentos e oitenta e sete mil, cem reais e quarenta e dois centavos) se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 171.190.830,74) e Diminutivas (R\$161.112.180,76). As variações aumentativas sofreu um aumento de 6,26% e as variações diminutivas sofreu um aumento de 17,99% em comparação ao mesmo período do exercício de 2018. A despesa com Pessoal e Encargos foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas correspondendo a 56,28% e apresentando uma variação de 4,96% em relação a dezembro/2018.

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	253.375,00	253.375,00	1.835.433,47	1.582.058,47
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	33.736,00	33.736,00	77.933,55	44.197,55
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	33.736,00	33.736,00	58.789,61	25.053,61
Valores Mobiliários	-	-	19.143,94	19.143,94
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	204.171,00	204.171,00	1.757.303,02	1.553.132,02
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	204.171,00	204.171,00	1.757.303,02	1.553.132,02
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	15.468,00	15.468,00	196,90	-15.271,10
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.468,00	15.468,00	196,90	-15.271,10
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	253.375,00	253.375,00	1.835.433,47	1.582.058,47
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	253.375,00	253.375,00	1.835.433,47	1.582.058,47
DEFICIT	-	-	144.091.616,49	144.091.616,49
TOTAL	253.375,00	253.375,00	145.927.049,96	145.673.674,96

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2019

DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	131.695.650,00	140.335.058,00	137.256.033,82	131.992.193,11	123.199.519,50	3.079.024,18
Pessoal e Encargos Sociais	104.687.237,00	112.955.055,00	110.148.202,90	110.123.920,71	102.445.372,74	2.806.852,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.008.413,00	27.380.003,00	27.107.830,92	21.868.272,40	20.754.146,76	272.172,08
DESPESAS DE CAPITAL	7.418.148,00	5.103.289,00	8.671.016,14	485.203,74	404.058,12	-3.567.727,14
Investimentos	7.418.148,00	5.103.289,00	8.671.016,14	485.203,74	404.058,12	-3.567.727,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	139.113.798,00	145.438.347,00	145.927.049,96	132.477.396,85	123.603.577,62	-488.702,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	139.113.798,00	145.438.347,00	145.927.049,96	132.477.396,85	123.603.577,62	-488.702,96
TOTAL	139.113.798,00	145.438.347,00	145.927.049,96	132.477.396,85	123.603.577,62	-488.702,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.328.724,14	5.005.549,20	4.697.942,89	4.691.628,63	1.487.433,82	155.210,89
Pessoal e Encargos Sociais	-	36.629,43	17.853,21	17.853,21	18.776,22	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.328.724,14	4.968.919,77	4.680.089,68	4.673.775,42	1.468.657,60	155.210,89
DESPESAS DE CAPITAL	3.073.027,32	7.908.580,41	9.275.935,62	9.032.743,42	1.068.979,99	879.884,32
Investimentos	3.073.027,32	7.908.580,41	9.275.935,62	9.032.743,42	1.068.979,99	879.884,32
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.401.751,46	12.914.129,61	13.973.878,51	13.724.372,05	2.556.413,81	1.035.095,21

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	67.165,09	8.296.569,24	8.294.242,46	67.009,20	2.482,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.546.927,07	7.546.897,07	30,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	67.165,09	749.642,17	747.345,39	66.979,2	2.482,67

DESPESAS DE CAPITAL	-	2.114,85	-	2.114,85	-
Investimentos	-	2.114,85	-	2.114,85	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	67.165,09	8.298.684,09	8.294.242,46	69.124,05	2.482B,67

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. A execução dos recursos recebidos mais as descentralizações de créditos recebidas de outros órgãos compõem as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 4º trimestre de 2019.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 4º trimestre de 2019 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 1.835.433,47, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 145.927.049,96 que gerou um déficit orçamentário de R\$ 144.091.616,49.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

Para entender melhor como as despesas do órgão são pagas, as informações presentes no balanço orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do balanço financeiro. O balanço financeiro demonstra os recursos financeiros disponíveis R\$ 1.835.433,47 (receitas orçamentárias) mais Transferências Financeiras resultantes da execução orçamentária R\$ 144.193.616,06 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos até o 4º trimestre), que chegou ao total de R\$ 146.029.049,53 de recurso financeiro tanto recebido pelo MEC quanto arrecadado pelo órgão.

O percentual de receitas arrecadadas em relação ao previsto no orçamento foi de 724,39%, que representa um excesso de arrecadação de R\$ 1.582.058,47. Este excesso de arrecadação se deu em decorrência do concurso público realizado pela instituição.

Vale ressaltar, que tanto as transferências financeiras quanto as receitas próprias arrecadadas pelo órgão só podem ser utilizadas para custear despesas fixadas e autorizadas na lei do orçamento anual.

Quadro 3: Execução e aplicação da Receita Orçamentária – Recursos arrecadados pelo IFRR em 2019

Receitas orçamentárias		Despesas orçamentárias		
Previsão atualizada	Receitas Realizadas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
R\$ 253.375,00	R\$ 1.835.433,47	R\$ 249.428,55	R\$ 76.221,92	R\$ 69.321,62

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2019).

No quadro 3, podemos observar que do total arrecadado, a previsão das receitas orçamentárias na LOA de 2019, foi de R\$ 253.375,00, que corresponde 0,17% do total das despesas fixadas no orçamento. Do total do recurso financeiro previsto para gasto foi utilizado 98,44%. O excesso de arrecadação só poderá ser utilizado para abertura de créditos orçamentários autorizados na LOA de 2020.

Tabela 15: Receitas arrecadadas – por origem

Receitas Correntes	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Realização	(%) Composição
Receita Patrimonial	R\$ 33.736,00	R\$ 77.933,55	231,01	4,25
Receita de Serviços	R\$ 204.171,00	R\$ 1.757.303,02	860,70	95,74
Outras Receitas Correntes	R\$ 15.468,00	R\$ 196,90	1,27	0,01
Total de Receitas	R\$ 253.375,00	R\$ 1.835.433,47	724,39	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

A Tabela 15 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. Observa-se que a coluna da realização demonstra o percentual arrecadado em relação à previsão atualizada e a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à realização total da receita no 4º trimestre. A arrecadação de receitas com serviços representa a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 95,74% do total arrecadado.

Tabela 16: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza da receita	Previsão atualizada	Realização da Receita	% Composição
Receita patrimonial			
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 33.736,00	R\$ 58.789,61	3,20
Remuneração de Depósitos Bancários - devolução de recurso, referente a prestação de contas do convênio nº 836168.	-	R\$ 19.143,94	1,04
Receitas de serviços			

Serviços administrativos e comerciais gerais	-	R\$ 1.800,00	0,10
Inscrições em concursos e processos seletivos	R\$ 204.171,00	R\$ 1.755.503,02	95,65
Outras receitas correntes			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$ 15.468,00	R\$ 196,90	0,01
Total das Receitas	R\$ 253.375,00	R\$ 1.835.433,47	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

A tabela 2 demonstra a composição pela a natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador. A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação à realização total da receita realizada.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado pelo IFRR para a coletividade. No quarto trimestre representou no orçamento 96,49% do total fixado em relação à dotação atualizada de R\$ 145.438.347,00, sendo a dotação inicial de R\$ 139.113.798,00.

Os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais, que foi fixada em R\$ 112.955.055,00 e outras despesas correntes fixada em R\$ 27.107.830,92, totalizando R\$ 140.335.058,00, durante o exercício de 2019, para serem gastos, no IFRR, com folha de pagamento, contratação de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas auxílios aos estudantes, água, telefone, energia e demais despesas de custeio.

As despesas de capital estão diretamente ligadas a aquisições de equipamentos, material permanente, imóveis, obras e outros. O valor inicial fixado no orçamento foi de R\$ 7.418.148,00, mas no decorrer do exercício a sua dotação inicial foi reduzida para R\$ 5.103.289,00, representando um percentual de 3,51% do total fixado na LOA em 2019.

Tabela 17: Despesas executadas por categoria econômica

Categoria econômica	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	% Execução
Despesas correntes	R\$ 140.335.058,00	R\$ 137.256.033,82	97,81
Despesas de capital	R\$ 5.103.289,00	R\$ 8.671.016,14	169,91

Total das despesas	R\$ 145.438.347,00	R\$ 145.927.049,96	100,34
---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

A tabela 17 apresenta a execução da despesa por categoria econômica. A coluna de percentual indica o total do valor empenhado por categoria em relação à dotação atualizada. Podemos observar que a execução de despesas com capital ultrapassou o total previsto no orçamento, foram empenhados R\$ 3.567.727,14 acima do que foi fixado para gasto, isso aconteceu em decorrência das descentralizações de créditos recebidas de outros órgãos para aquisição de materiais permanentes e equipamentos de informática.

Tabela 18: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque

Categoria econômica	Dotação atualizada (a)	Descentralizações recebidas (b)	Despesas empenhadas Provisões (c)	Despesas empenhadas Destaque (d)	Total despesas empenhadas (c+d)	% Execução
Despesas correntes	R\$ 140.335.058,00	R\$ 164.051,80	R\$ 137.144.016,46	R\$ 112.017,36	R\$ 137.256.033,82	97,69
Despesas de capital	R\$ 5.103.289,00	R\$ 5.999.587,96	R\$ 5.058.865,8	R\$ 3.612.150,34	R\$ 8.671.016,14	78,00
Total das despesas	R\$ 145.438.347,00	R\$ 6.163.639,76	R\$ 142.202.882,26	R\$ 3.724.167,70	R\$ 145.927.049,96	96,26

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

A tabela 18 apresenta a movimentação orçamentária do órgão, que demonstra a dotação atualizada autorizada na LOA do IFRR em R\$ 145.438.347,00 e os créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (destaque) no valor de R\$ 6.163.639,76, que totalizou R\$ 151.601.986,76 para serem empenhados no exercício. A coluna de execução apresenta o percentual empenhado por categoria econômica em relação à dotação atualizada somada às descentralizações recebidas.

Tabela 19: Despesas Correntes e de Capital executadas por grupo – somente valores fixados na LOA/2019

Grupo de Natureza de Despesa	Dotação atualizada R\$	Despesas empenhadas R\$	% empenhado/dotação atualizada
1 – Pessoal e Encargos Sociais	112.955.055,00	110.148.202,90	78,49
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	27.380.003,00	27.107.830,92	19,32
Subtotal Despesas Correntes	140.335.058,00	137.256.033,82	97,81
4 – Investimento	5.103.289,00	8.671.016,14	169,91
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização Dívida	0,00	0,00	0,00
Subtotal Desp. Capital	5.103.289,00	8.671.016,14	169,91
Total Desp. Correntes + Desp. Capital	145.438.347,00	145.927.049,96	-

Fonte: Tesouro Gerencial 2019

Na tabela 19 são apresentadas as despesas correntes e de capital executadas por grupo. O grupo de despesa com maior volume de gasto é de pessoal e encargos sociais, que

apresentou um percentual de execução de 78,49%, em relação ao subtotal de despesas correntes e outras despesas correntes com 19,32%. Em seguida, o grupo investimento é o único que compõe o total de despesas de capital e o percentual empenhado em relação ao subtotal foi de 169,91%. Vale destacar, novamente, que quando o total empenhado for superior ao total da dotação fixado no orçamento, acontece em decorrência das descentralizações externas recebidas (destaque) de unidades gestoras não pertencentes à estrutura do IFRR.

Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa

Elemento de Despesa	Despesas empenhadas	% Composição
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R\$ 7.183.767,70	26,50
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	R\$ 6.515.649,99	24,04
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 3.544.455,26	13,08
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 2.362.112,41	8,71
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.376.943,70	5,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 1.263.952,63	4,66
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	R\$ 985.991,73	3,64
AUXILIO TRANSPORTE	R\$ 941.296,95	3,47
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS – CUSTEIO FOLHA PESSOAL	R\$ 685.043,16	2,53
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	R\$ 485.659,70	1,79
DIARIAS PESSOA CIVIL	R\$ 404.574,44	1,49
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO P. CIVIL	R\$ 353.475,61	1,30
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	R\$ 309.107,38	1,14
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	R\$ 279.616,23	1,03
SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PJ	R\$ 202.466,96	0,75
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORE	R\$ 126.874,52	0,47
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 38.261,86	0,14
CONTRIBUIÇÕES – ÓRGÃOS DE CONSELHO DE CLASSE	R\$ 28.393,12	0,10
SERVIÇO DE CONSULTORIA	R\$ 11.990,00	0,04
RESSARCIMENTO PESSOAL REQUISITADO – BENEFICIOS	R\$5.517,27	0,02
PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	R\$ 2.680,30	0,01
TOTAL	R\$ 27.107.830,92	100%

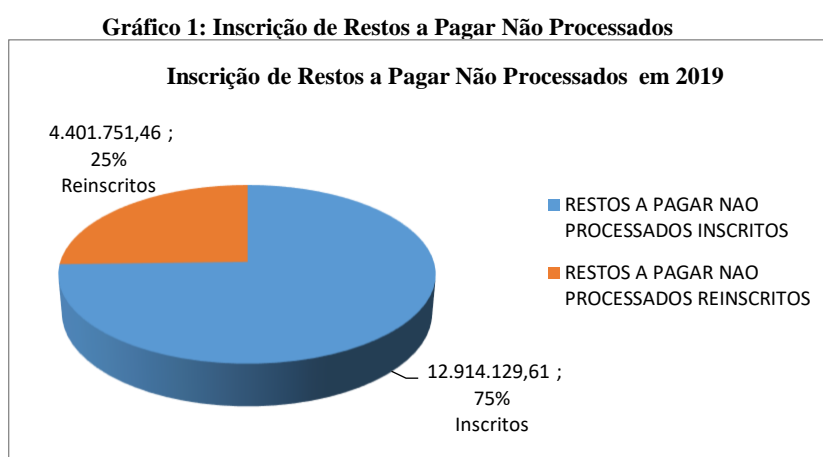
A Tabela 6 apresenta a composição detalhada do grupo outras despesas correntes, por elemento de despesa, que representou 18,64% das despesas empenhadas em relação a dotação atualizada, que corresponde em valores reais R\$ 27.107.830,92.

As despesas com locação de mão-de-obra, outros serviços de terceiros - PJ e auxilio alimentação, com R\$ 7.183.767,70, R\$ 6.515.649,99 e R\$ 3.544.455,26, respectivamente, representam o maior volume de gasto com custeios do órgão. Esses três elementos de despesa representam 63,61% do total empenhado do grupo.

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Considera-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2018 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 17.315.881,07 (dezesete milhões e trezentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sete centavos), conforme Gráfico 1.



Do valor total, 75% correspondem ao exercício de 2018, enquanto que 25% a exercícios anteriores, o que representa em valores R\$ 4.401.751,46 (quatro milhões e quatrocentos e um mil e setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos).

A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 4º Trimestre se deu conforme Tabela 15 abaixo:

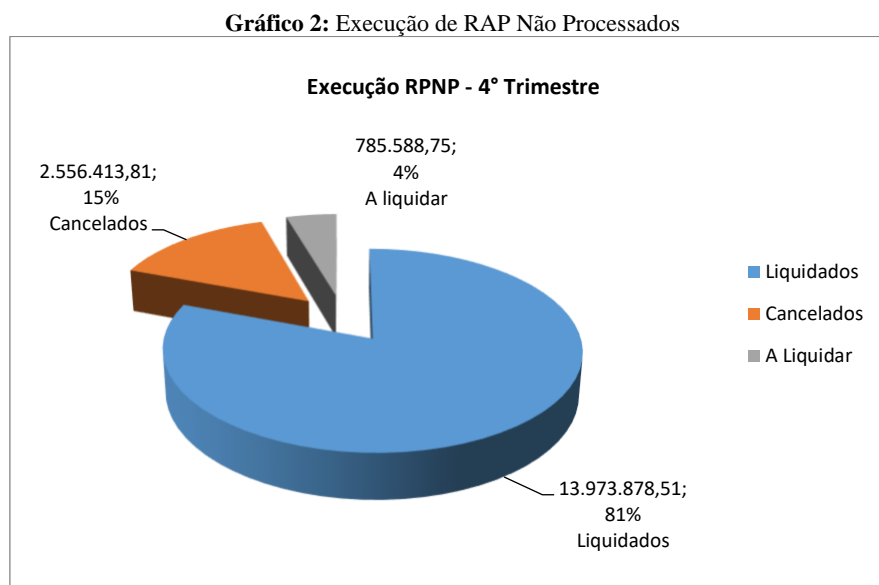
Tabela 21 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	A Liquidar	Pagos	A Pagar
	(A)	(B)	(C)	(D)=(A)-(B)-(C)	(E)	(F)=(B)-(E)+(D)	
158152	2.653.624,14	1.898.066,86	3.689.019,64	674.517,98	188.153,38	3.689.019,64	188.153,38
158350	3.543.296,38	505.475,80	3.215.552,94	493.292,52	339.926,72	3.165.087,73	390.391,93
158351	2.785.325,77	630.524,91	2.942.733,51	381.035,77	92.081,40	2.903.059,28	131.755,63
158352	1.970.889,68	669.139,49	1.889.201,06	718.061,14	32.766,97	1.870.081,06	51.886,97
158510	1.960.993,64	698.544,40	2.237.371,36	289.506,40	132.660,28	2.097.124,34	272.907,30
TOTAL	12.914.129,61	4.401.751,46	13.973.878,51	2.556.413,81	785.588,75	13.724.372,05	1.035.095,21
	17.315.881,07	%	81%	15%	5%	79%	6%

Fonte: Tesouro Gerencial (Dezembro/19).

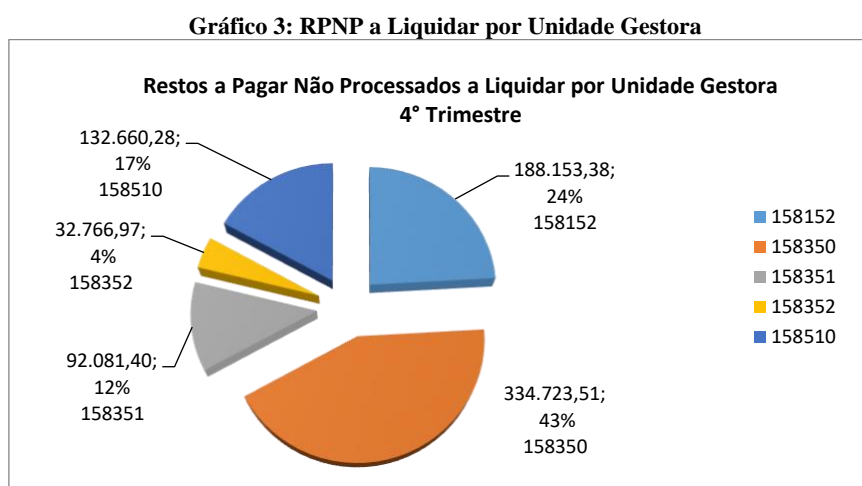
No 4º trimestre de 2019 a evolução da execução dos Restos a Pagar Não Processados quanto a liquidação teve um aumento de 7,90% em relação ao liquidado no 3º trimestre. Do total inscrito e reinscrito foi pago 79% restando um percentual de saldo pagar de 6%.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 4º trimestre de 2019 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.



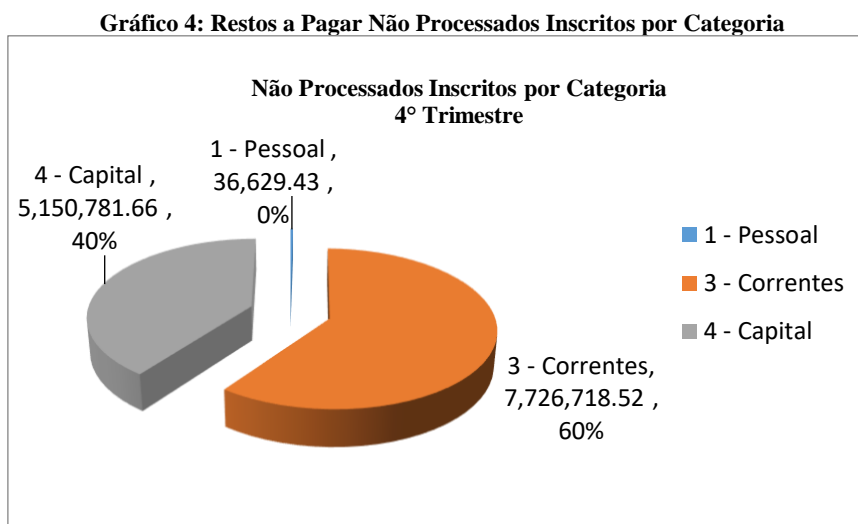
Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que até 31/12/2019 houve a liquidação de 81%, o cancelamento de 15% e saldo a liquidar de 4%.

Os saldo de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Unidade Gestora pode ser visualizado no Gráfico 3.



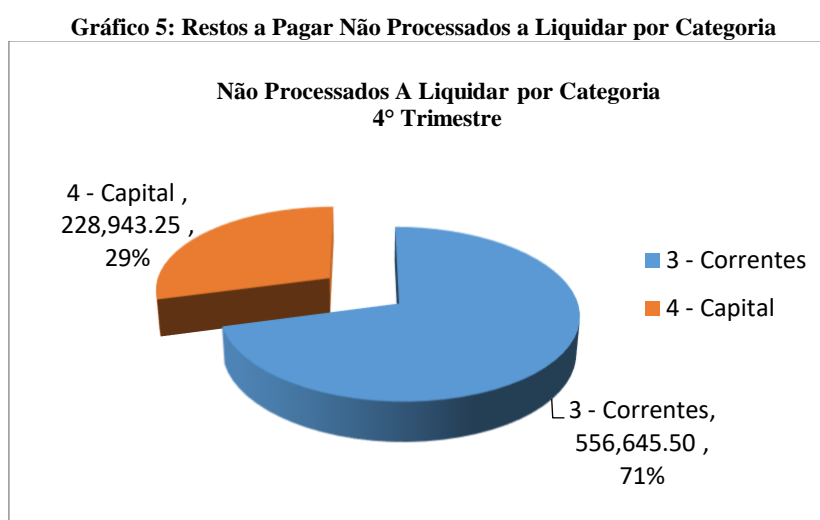
Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora 158350 (Campus Boa Vista) é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar, seguida da unidade 158152 (Reitoria).

No Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2019 é apresentado por categoria de gasto.



Do total inscrito em Restos a Pagar Não Processados 60% corresponde a despesas correntes, enquanto, 40% corresponde a despesa com capital. A despesa com pessoal é evidenciada, mas sua contribuição não é relevante. Além disso, os valores de pessoal inscritos correspondem a despesa com pessoal requisitado do mês de dezembro que é pago em janeiro.

No Gráfico 5 os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar é apresentado por categoria de gasto com saldo em 31/12/ 2019.



Do total de Restos a Pagar Não Processados a liquidar 71% corresponde a despesas correntes, enquanto 29% corresponde a despesa de capital.

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

	NE	2019	2018
R\$ milhares			
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias (I)		1.835.433,47	226.915,00
Ordinárias		0,00	0,00
Vinculadas		1.835.433,47	228.885,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.835.433,47	228.885,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária		0,00	-1.970,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		167.465.849,92	153.246.945,28
Resultantes da Execução Orçamentária		144.193.616,06	135.402.584,57
Repasse Recebido		132.357.877,04	122.915.720,4
Sub-repasse Recebido		11.835.739,02	12.486.864,17
Independentes da Execução Orçamentária		23.272.233,86	17.844.360,71
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		22.576.105,23	17.077.949,74
Movimentação de Saldos Patrimoniais		696.128,63	766.410,97
Recebimentos Extraorçamentários (III)		22.608.486,63	21.583.673,29
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		8.873.819,23	8.289.868,97
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		13.449.653,11	12.914.129,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		68.818,32	210.942,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários		216.195,97	168.731,99
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	10.444,18
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.830,16	0,00
Arrecadação de Outra Unidade		211.365,81	155.992,01
Demais Recebimentos		0,00	2.295,80
Saldo do Exercício Anterior (IV)		8.686.106,89	1.301.715,60
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.686.106,89	1.301.715,60
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		200.595.876,91	176.359.249,17
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)		145.927.049,96	136.697.030,66
Ordinárias		125.909.961,97	120.458.885,94
Vinculadas		20.017.087,99	16.238.144,72
Educação		3.612.150,34	0,00
Previdência Social (RPPS)		13.154.709,10	10.446.962,20
Receitas Financeiras		3.000.000,00	3.342.360,48
Operação de Crédito		0,00	607.962,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		250.228,55	1.153.546,29
Outros Recursos Vinculados a Fundos		0,00	687.313,75
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		21.863.703,02	20.498.627,43
Resultantes da Execução Orçamentária		11.856.463,02	12.569.478,90
Repasse Concedido		20.724,00	82.614,73
Sub-repasse Concedido		11.835.739,02	12.486.864,17
Independentes da Execução Orçamentária		10.007.240,00	7.929.148,53
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		9.695.917,18	7.772.656,52
Demais Transferências Concedidas		99.557,01	0,00
Movimento de Saldos Patrimoniais		211.765,81	156.492,01
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		22.100.055,83	10.477.484,19
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		8.294.242,46	441.953,80
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		13.724.372,05	9.824.587,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		68.818,32	210.942,72
Outros Pagamentos Extraorçamentários		12.623,00	0,00

Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	11.029,16	0,00
Demais Pagamentos	1.593,84	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	10.705.068,10	8.686.106,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.705.068,10	8.686.106,89
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	200.595.876,91	176.359.249,17

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 16 e 17 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 4º Trimestre 2019 em relação ao 4º Trimestre 2018:

Tabela 22: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	31/12/2019	30/12/2018	AV (%)	AH(%)
Receitas Orçamentárias	1.835.433,47	226.915,00	0,91	708,86
Transferências Financeiras Recebidas	167.465.849,92	153.246.945,28	83,48	9,28
Recebimentos Extraorçamentários	22.608.486,63	21.583.673,29	11,27	4,75
Saldo do Exercício Anterior – Caixa e Equivalente de Caixa	8.686.106,89	1.301.715,60	4,33	567,28
Total	200.595.876,91	176.359.249,17	100,00	13,74

Fonte: SIAFI 2019 e 2018.

Como pode ser observado as Receitas Orçamentárias tiveram um aumento de 708,86% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em decorrência da arrecadação de recursos referente à realização do concurso público. As Transferências Recebidas correspondem a 83,48% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação positiva de 9,28%. Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 11,27% do total dos ingressos e teve uma variação de 4,75% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se os restos a pagar dos exercícios anteriores que foram inscritos neste exercício. O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve uma variação de 567,28% em relação ao exercício anterior, considerando a nova sistemática de processamento de ordens bancárias. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil ao pagamento. Em 2019 pode-se observar que houve um aumento no total de ingressos de 13,74% em relação a 2018.

Tabela 23: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	31/12/2019	31/12/2018	AV (%)	AH(%)
Despesas Orçamentárias	145.927.049,96	136.697.030,66	72,75	6,75
Transferências Financeiras Concedidas	21.863.703,02	20.498.627,43	10,90	6,66
Pagamentos Extraorçamentários	22.100.055,83	10.477.484,19	11,02	110,93
Saldo para o Exer. seguinte – Caixa e Equivalente de Caixa	10.705.068,10	8.686.106,89	5,34	23,24
Total	200.595.786,91	176.359.249,17	100	11,01

Fonte: SIAFI 2019 e 2018.

Na Tabela 17 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios. As despesas pagas, que compõem 72,75% do total das saídas de recursos, tiveram aumento de 6,75%. Assim, a variação positiva de 110,93% decorreu principalmente da execução dos restos a pagar e do saldo de caixa conforme mencionado na Tabela 17.

Com base nas informações presentes nas tabelas 16 e 17 podemos observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 2.018.961,21, acontece quando o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte é maior que o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ milhares

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.455.762,75	12.963.980,15
INGRESSOS	169.586.297,68	153.843.090,81
Receitas Derivadas e Originárias	1.835.433,47	226.915,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	58.789,61	41.586,67
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.757.303,02	174.335,00
Remuneração das Disponibilidades	19.143,94	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	196,90	10.993,33
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
Dos Estados e/ou Distrito Federal	0,00	0,00
Dos Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos Operacionais	167.750.864,21	153.616.175,81
Ingressos Extraorçamentários	68.818,32	210.942,72
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.830,16	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	167.465.849,92	153.246.945,28
Arrecadação de Outra Unidade	211.365,81	155.992,01
Demais Recebimentos	0,00	2.295,80
DESEMBOLSOS	-158.130.534,93	-140.879.110,66
Pessoal e Demais Despesas	-121.219.198,70	-105.589.057,18
Legislativo	0,00	0,00
Judiciário	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	-15.968.834,51	-12.018.394,59
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	-105.147.835,03	-93.521.006,77
Cultura	-20.000,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	-71.500,00	-60.100,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-11.029,16	10.444,18
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Transferências Concedidas	-14.977.221,05	-14.580.483,33
Intergovernamentais	0,00	0,00
A Estados e/ou Distrito Federal	0,00	0,00
A Municípios	0,00	0,00

Intragovernamentais	-14.951.213,67	-14.558.263,09
Outras Transferências Concedidas	-26.007,38	-22.220,24
Outros Desembolsos Operacionais	-21.934.115,18	-20.709.570,15
Dispêndios Extraorçamentários	-68.818,32	-210.942,72
Transferências Financeiras Concedidas	-21.863.703,02	-20.498.627,43
Demais Pagamentos	-1.593,84	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.436.801,54	-5.579.588,86
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	-9.436.801,54	-5.579.588,86
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.434.686,69	-5.513.194,86
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.114,85	-66.394,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
Dos Estados e/ou Distrito Federal	0,00	0,00
Dos Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.018.961,21	7.384.391,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.686.106,89	1.301.715,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.705.068,10	8.686.106,89

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

O demonstrativo de fluxo de caixa é classificado por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Podemos observar que 98,75% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas de órgão federais, principalmente do MEC. No final do 4º trimestre de 2019 o valor total recebido foi de R\$167.465.849,92.

Vale ressaltar que, o IFRR por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com recursos federais recebidos do ministério da educação. A arrecadação de receita própria corresponde a um percentual de 1,08% em relação ao total de recursos financeiros que compõem o caixa e equivalentes de caixas da instituição.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Tabela 24: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa - Atividades

ATIVIDADES	2019	2018	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.455.762,75	12.963.980,15	-11,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.436.801,54	-5.579.588,86	69,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.018.961,21	7.384.391,29	-72,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.686.106,89	1.301.715,60	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.705.068,10	8.686.106,89	

Fonte: SIAFI Web, 2019 e 2018

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a tabela acima, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde o total de R\$ 2.018.961,21.

Na Tabela 18, pode-se observar que houve um aumento de 69,13% no fluxo de caixa das atividades de investimento comparado ao mesmo período de 2018. O demonstrativo apresenta saldo nas atividades de investimento somente em relação a desembolsos, no final do 4º trimestre de 2019 foi desembolsado R\$ 9.436.801,54, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, a compra de instalações, equipamentos e material permanente.

Em relação às atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 4º trimestre de 2018 quanto em 2019.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2019

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	113.034.732,61	-	-	113.034.732,61
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-86.598,85	-	-	-86.598,85
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	9.258.661,49	-	-	9.258.661,49
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-30.981,90	-	-	-30.981,90
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7.987.100,42	-	-	-7.987.100,42
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2019

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	114.188.712,93	-	-	114.188.712,93